

Incerteza na Argentina aumenta a especulação

Buenos Aires — Sem divisas para pagar os juros da dívida externa de 56 bilhões de dólares, uma inflação de 174,8% em 1987 (quatro vezes superior à prevista) e um gasto público incontrollável, cujo déficit chega a 7% do Produto Interno Bruto, a Argentina enfrenta um ano pré-eleitoral cheio de incertezas econômico-sociais.

O panorama pouco atraente para o presidente Raul Alfonsín, que sofreu sua primeira derrota política em setembro passado, tem ainda outros aspectos alarmantes: o crescente descontentamento dos sindicatos e empresários.

Neste contexto, a especulação continua sendo a única forma rentável — ainda que duvidosamente moral — que muitos argentinos encontram para viver.

Um exemplo são os 30 bilhões de dólares depositados no exterior ou a febril atividade na "city" das mesas de dinheiro onde se realizam empréstimos milionários por períodos que, às vezes, não passam de 24 horas e com taxas que, em dezembro, chegaram a 18% mensais diante de uma inflação de apenas 3,40%.

Mas enquanto a especulação impera, a equipe econômica liderada por Juan Sourrouille se pergunta como fará para pagar os juros da dívida no próximo mês.

Em 1987 conseguiu-se um refinanciamento sobre 30 bilhões a longo prazo e baixos juros, sua utilidade foi somente nos papéis, já que o superávit comercial caiu durante os 9 primeiros meses do ano em 70% e alcançou somente 588 milhões de dólares, frente os 5 bilhões a cancelar por serviços.

Abriu mão das reservas é impossível, já que apenas existem 600 milhões de dólares, necessários para garantir as importações deste trimestre e evitar a paralisação do setor industrial.

Esta semana, voltaram a ocorrer insistentes rumores sobre uma moratória. Claro que, a rigor, Alfonsín não precisaria decretá-la,

porque ela pode chegar por si só com o esgotamento dos fundos.

Enquanto estas questões são debatidas, encontra-se em Buenos Aires desde quarta-feira uma nova missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), encarregada de mais uma vez ratificar se a Argentina violou ou não os acordos com que obteve empréstimos **stand-by**.

O déficit fiscal chegou em 1987 a 2 bilhões de dólares (7% do PIB) e para 1988 o ministro da Fazenda, Mario Brodersohn, promete reduzi-lo a 1,5 bilhão.

A intenção, classificada como "boa vontade aritmética", contempla um fortíssimo incremento da pressão tributária, desde já denunciada por industriais, agricultores, banqueiros e comerciantes como uma "cobrança injusta e violenta".

Também, entre outros, uma "poupança forçada" calculada sobre o imposto dos salários, que o Estado reintegra após um período pré-determinado e um imposto "extraordinário" de quase 30% sobre os combustíveis.

No entanto, a inflação voltou, apesar dos congelamentos, e o ano de 1987 terminou com uma alta de preços no varejo de 174,8% e de 181,6% no atacado.

A primeira é de mais de quatro vezes a inflação prevista pela "boa vontade aritmética" do orçamento nacional 1987 (42%) e o dobro da registrada em 1986 (81,9%) no varejo de 57,8% no atacado.

O ano de 1988 começou com aumentos de tarifas públicas de 5 a 10% e mais altos ainda nos preços da cesta básica. Os salários tiveram correção de 4% após 90 dias de congelamento.

A poderosa Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT, peronista) pretende fazer uma nova ofensiva, apesar do volume de paralisações nacionais realizadas nos quatro anos de gestão de Alfonsín, sem conseguir até agora algum resultado.